

[illegible]



*Direito à educação e Direitos humanos: leituras,
estudos e escritas*

*Andréa Wahlbrink | Lilian Carla Molon | M^a de Fátima Fagherazzi Pizzoli
(Organizadoras)*

CADERNO DE NOTAS

NOTA: Dado o caráter interdisciplinar desta coletânea, os textos publicados respeitam as normas e técnicas bibliográficas utilizadas por cada autor. A responsabilidade pelo conteúdo dos textos desta obra é dos respectivos autores e autoras, não significando a concordância dos organizadores e da instituição com as ideias publicadas.

© TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (art. 101 a 110 da Lei 9. 610, de 19. 02. 1998, Lei dos Direitos Autorais).

Direito à educação e Direitos humanos: leituras, estudos e escritas

*Andréa Wahlbrink | Lilian Carla Molon | M^a de Fátima Fagherazzi Pizzoli
(Organizadoras)*

CADERNO DE NOTAS

*Diálogo Freiriano
Veranópolis
2023*

CONSELHO EDITORIAL

Ivanio Dickmann - Brasil
Aline Mendonça dos Santos - Brasil
Fausto Franco Martinez - Espanha
Jorge Alejandro Santos - Argentina
Martinho Condini - Brasil

Miguel Escobar Guerrero - México
Carla Luciane Blum Vestena - Brasil
Ivo Dickmann - Brasil
José Eustáquio Romão - Brasil
Enise Barth - Brasil

EXPEDIENTE

Editor Chefe: Ivanio Dickmann
Financeiro: Maria Aparecida Nilen
Diagramação: Maria de Fátima Fagherazzi Pizzoli

CRÉDITO DAS IMAGENS

Todas imagens desta obra foram capturadas pela fotógrafa Claudia Velho

FICHA CATALOGRÁFICA

D598 Direito à educação e direitos humanos: leituras, estudos e escritas
 Andréa Wahlbrink, Lilian Carla Molon, Maria de Fátima Fagherazzi Pizzoli
 (Organizadoras). – Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2023.
 (Práticas de pesquisa; 3)

ISBN 978-65-80183-75-3

1.Direitos humanos. 2. Direito à educação. 3. Direito à educação – Brasil. 4.
Educação – Brasil. I. Wahlbrink, Andréa. II. Molon Lilian Carla. III. Pizzoli, Maria
de Fátima Fagherazzi. IV. Série.

2023_0285

CDD 379.260981 (Edição 23)

Ficha catalográfica elaborada por Karina Ramos – CRB 14/1056

EDITORA DIÁLOGO FREIRIANO

[CNPJ 20.173.422/0001-76]

Rua General Flores da Cunha, 172 / 2401

Centro, Veranópolis – RS – CEP 95.330-000

cida.dialogar@gmail.com

Whatsapp: [54] 98428 3547



Direito à educação e Direitos humanos: leituras, estudos e escritas

*Andréa Wahlbrink | Lilian Carla Molon | M^a de Fátima Fagherazzi Pizzoli
(Organizadoras)*

CADERNO DE NOTAS

Escritas de:

Andréa Wahlbrink Padilha da Silva

Cristina Benedetti

Gisele Mazzarollo

Isadora Alves Roncarelli

Joanne Cristina Pedro

Julia Pedroni

Kauana Melo

Lilian Carla Molon

Maria de Fátima Fagherazzi Pizzoli

Nilda Stecanela

Diálogo Freiriano

Veranópolis

2023



Obrigada por tudo e

Convergências

por Nilda Stecanela

O ano acadêmico de 2023 sublinha alguns marcos temporais e existenciais, entre eles, os 15 anos desde a conquista do título de doutora na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a legitimação para desenvolver pesquisa e orientar projetos de pesquisa! Além disso, os 15 anos de existência do Programa de Pós-Graduação em Educação, do qual faço parte deste dezembro de 2009. Nesse intervalo de tempo, de modo individual ou coletivo, curiosidades foram publicitadas, perguntas foram formuladas, objetivos delineados, caminhos trilhados, respostas encontradas, vidas ressignificadas, olhares direcionados para além do manifesto, escutas sensíveis para si, para o outro e para o mundo.



A educação como direito social subjetivo sempre esteve no núcleo das buscas e dos encontros. O direito à educação, o direito à aprendizagem e a uma relação pedagógica em uma dimensão dialógica permeiam os projetos de pesquisa e de intervenção na realidade, visando transformá-la.

São convergências que articulam o pesquisar em um grupo de pesquisa que observa as instituições educativas e suas margens, numa perspectiva de

fronteiras plurais, acolhendo múltiplos interesses articulados em torno de um propósito, o reconhecimento dos direitos humanos e do direito à educação, associando também um olhar para o direito à existência. É o grupo de pesquisa OBSERVA, que se consolida a partir das múltiplas lentes dos pesquisadores e pesquisadoras que ao longo desses 15 anos direcionam o olhar para a educação e suas múltiplas interfaces, de modo especial para os sujeitos sociais e políticos que compõem o cotidiano educativo, seja na dimensão institucionalizada ou para além muros.

O minicurso Direito à educação e direitos humanos: leituras, estudos e escritas, é um dos eventos que oportuniza sínteses que convergem para reafirmar que pesquisar em grupo fortalece a caminhada, potencializa o diálogo em três dimensões: consigo, com os interlocutores empíricos e com os interlocutores teóricos. Esse caminho nunca esteve afastado de uma atitude de respeito aos que nos antecedem e àqueles que contribuem com suas palavras para as análises produzidas e para o conhecimento disponibilizado. E esse processo não ocorre sem humildade para reconhecer o nosso inacabamento e o quanto podemos e devemos aprender com o outro.

Este caderno de notas, integrante da Coleção Práticas de Pesquisa, reflete essas premissas e não se encerra nas palavras apresentadas pelas suas autoras. Antes, pelo contrário, é um convite para continuidades e / ou para novos começos, nas linhas em branco disponibilizadas ou naquelas já iniciadas em outros suportes.

Sigamos em diálogos prenhes de vida!

Um convite à coletividade

por Andréa Wahlbrink

Fiquei um tempo pensativa no que iria construir como resultado das reflexões realizadas durante o minicurso 'Direito à Educação e Direitos Humanos: Um diálogo entre participação social e o papel da educação'. O que mais me pareceu apropriado para esse momento foi a realização dessa pequena escrita, como forma de depoimento, e também de agradecimento, por toda acolhida que tenho recebido da Profa. Dra. Nilda Stecanela e do seu amoroso grupo de orientandos.

Começo destacando rapidamente que em minha trajetória de vida, desde muito pequena, carrego em minha personalidade uma necessidade de me conectar com as pessoas, gosto de me relacionar. Aprendi desde muito cedo o valor da solidariedade e a importância de olharmos para o 'outro', como a nós mesmos, não como um exercício cristão, mas como responsabilidade humanitária. Acontece que só durante a realização da minha graduação pude entender o apreço à coletividade, à criticidade e à responsabilidade com mais profundidade. Em especial, quando me aproximei da Profa. Dra. Conceição Paludo, já no nosso primeiro dia de aula em 2008, quando



ela acabava de assumir o concurso na UFPel e eu ainda era uma jovem ingressante do curso de pedagogia. Rodeada de incertezas sobre o meu caminho profissional, as aulas da Conceição me arrebataram completamente e me trouxeram uma primeira certeza, queria me tornar uma pedagoga como ela, comprometida com a emancipação humana.

Em uma trajetória de quinze anos de trabalho juntas, aprendi muitas coisas com ela, mas sobretudo, aprendi o apreço à esperança na coletividade, o compromisso de um intelectual orgânico às demandas da vida do povo, na esperança teimosa de olhar para o futuro com otimismo, mas sem abrir mão da radicalidade das análises, da crítica criteriosa, da ética como fundamento profissional e de uma amorosidade que encontra no outro o compromisso social e político de transformar desde já a desumanização que corrói as nossas relações. Infelizmente, perdi minha companheira/orientadora no começo do mês de maio de 2023 para um câncer avassalador, no mesmo momento que dava início à realização do meu pós-doutoramento na UCS sob responsabilidade da professora Nilda. E, assim, me vi mergulhada em uma profunda tristeza, mas ao mesmo tempo com um compromisso enorme de manter vivo o seu legado, destacando o impacto da presença da Conceição na vida de tanta gente e de tantas organizações do povo. Em nossas últimas conversas, Conceição estava feliz por eu estar começando essa experiência ao lado da professora Nilda, sua colega na UFRGS no tempo do doutoramento. Eu comentava o quanto de afeto havia em minha recepção por parte da professora Nilda e do seu grupo, e dessa universidade que representava uma nova fase profissional. É justamente esse ponto que gostaria de aprofundar, o compromisso com a elevação da formação crítica do povo e a necessidade de nos reconectarmos em comunhão.

De uma forma muito generosa, a professora Nilda abriu o seu grupo para que eu me desafiasse a organizar uma discussão em torno do direito à educação e aos direitos humanos. Esse, com certeza, não é um debate que pode ser feito de forma simples, aligeirado ou superficial. Feito o desafio, coloquei em prática mais uma vez o que aprendi não só com a Conceição, mas também com os movimentos sociais e populares dos quais pude tanto aprender em minhas andanças, buscando organizar a coletividade para o enfrentamento à uma análise crítica da realidade.

Nos dedicamos de forma quinzenal, no primeiro semestre de 2023, a estudarmos a fundo um conjunto de textos e autores. Durante esse período, o diálogo foi profícuo com discussões intensas. Diferentes relações foram realizadas em uma análise bastante crítica e propositiva, as quais provocaram nos participantes um conjunto de reflexões ainda a serem exploradas.

Nesse momento, entendi que minha tarefa central na realização do minicurso seria a de provocar reflexões que apontassem para os aspectos contraditórios da nossa organização social, do poder exercido pela ideologia dominante e conservadora, das estruturas que por ora condicionam as nossas relações sociais e com a natureza, e a relações entre trabalho e educação.

Mas, também, da importância da utopia, da qual nos lembra Eduardo Galeano, aquela que nos ajuda a caminhar. Como sujeitos sempre atentos a nossa própria condição histórica de buscar alternativas para as nossas próprias crises civilizatórias. Ainda, da importância da participação popular, da nossa auto-organização para construção de uma outra hegemonia que se coloque radicalmente contra as desigualdades de todas as ordens. Além de resgatarmos o

importante acúmulo de nossas forças sociais, nossas organizações e nossas lutas históricas, visando realimentar as nossas formas de atuação como educadores e como sujeitos que constroem a história de nosso tempo presente, mas também futuro.

Pensar o coletivo como enfrentamento a atualidade da ofensiva neoliberal é um grande desafio não só para os educadores, mas principalmente para nós, que no exercício de nossa profissão, alcançamos um lugar muito específico na vida de nossos educandos. Os educadores são, sim, agentes da transformação social, e isso é poderoso. Obviamente que as transformações tão desejadas estarão em comunhão, como já bem anunciou um de nossos maiores educadores, Paulo Freire. E sobre essa máxima posso falar com propriedade, tive minha vida transformada pela ação de uma professora, que me abriu portas e janelas para conhecer um mundo até então desconhecido, ou melhor, encoberto pela ideologia dominante.

Entendo hoje a construção da coletividade como um caminho para a própria autonomia dos sujeitos que se constroem na cooperação, na leitura crítica, na interação e na troca com o outro, na potência dos encontros, no conhecimento compartilhado, nas conquistas partilhadas, na solidariedade de classe. Tudo isso como um momento fecundo do diálogo, do compromisso com a vida, na construção de nossas identidades individuais e coletivas, em nossa unidade na diversidade.

Embora essa não seja uma tarefa fácil, penso que é urgente buscarmos no melhor de nossas referências, naquelas verdadeiramente comprometidas com a análise crítica e com a coletividade, os caminhos da nossa práxis. Esse por sua própria

natureza deve ser responsabilidade das instituições de ensino superior, ou melhor dizendo, de todas as esferas onde realiza-se a educação de forma sistematizada e intencional.

Para não me alongar nesse escrito, queria deixar mais uma vez o meu registro sobre a forma generosa e amorosa com a qual fui acolhida, em um momento muito específico da minha trajetória. Nessa caminhada tenho muito a agradecer, principalmente pelos potentes encontros que dão sentido à minha existência, às minhas escolhas e ao meu compromisso como educadora popular.

*Com carinho
Andréa Wahlbrink*





Ainda? Sim, ainda!

por Cristina Benedetti



Certa vez, li um texto que, timidamente, trazia a expressão ainda. No contexto em que estava inserida, passava despercebida. Mas em mim, aquele ainda ecoou, bateu, ricocheteou, reverberou e por fim, transformou-se em belos grilos falantes que passaram a residir na minha mente. Alguns, pareciam ser criações próprias do meu intelecto, outros eram evocados a partir de memórias. A questão é que todos trouxeram consigo diversos tons daquele ainda.

Ainda?

Sim, ainda!

Um dos grilos, lembrou-me de que "ainda somos os mesmos e vivemos como nossos pais" como já dizia Elis Regina. Mesmo com tantas mudanças e avanços da humanidade, ainda cometemos erros, alguns são os mesmos, outros são novos, mas ainda os cometemos. Por outro lado, ainda buscamos acertar, ainda tentamos, ainda não desistimos de melhorar.

Ainda?

Sim, ainda!

Relutei com outro grilo quando me disse que ainda lutamos por direitos básicos. Relutei com ele quando me disse que muitos desses direitos já foram inclusive adquiridos, porém, ainda lutamos para vê-los concretizados de fato. Relutei em conceber que ainda se passa fome, sede, frio, escassez, que ainda vemos desigualdade social, falta de cuidados básicos, falta de afeto, falta de amor, falta de educação, falta de amparo, e a lista ainda está a aumentar. Relutei em aceitar que ainda existe falta de humanidade. Relutei por não querer acreditar nesse tipo de ainda.

Ainda?

Sim, ainda!

Outro grilo lembrou-me de que no Salmo 23.4 diz que "ainda que andemos pelo vale da sombra da morte, não devemos temer mal algum porque Deus está conosco", e assim, mesmo diante de tantos tons de ainda, o grilo lembrou-me do direito à fé e de que essa sim, deve ainda permanecer inabalável. A fé no sagrado, a fé nas pessoas, a fé nas boas obras, a fé no conhecimento, a fé na ciência, a fé na maturidade, a fé na evolução, a fé na sabedoria, a fé na perseverança, a fé na educação, a fé na luta, a fé na causa, a fé em um sistema melhor, a fé na justiça. A fé, essa sim deve ainda resistir.

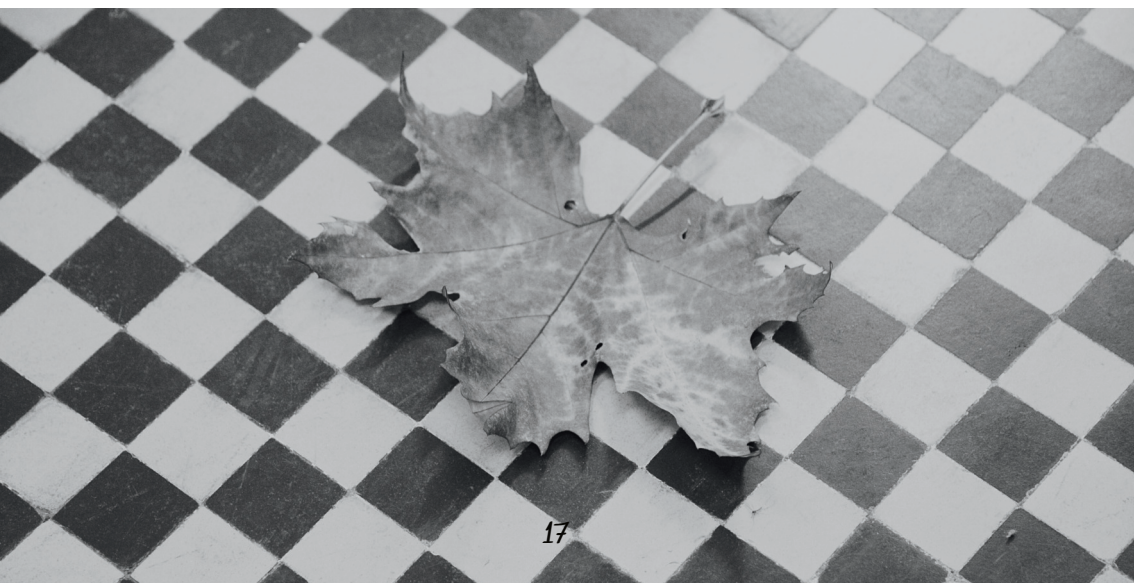
Ainda?

Sim, ainda!

Mas outro grilo ainda, me lembrou que para igual ou para além dos meus direitos, ainda se faz necessário cumprir com meus deveres, e sempre será. Entre tantos, o grilo ecoou aquele que considero o maior dever de todos: Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, se não tivesse amor, seria como o metal que soa ou como o sino que tine (1 Coríntios 13:1), nada adiantaria. Que esse grilo jamais me permita esquecer que AMAR ainda é o melhor remédio, que com amor ainda há vigor para lutar, para evoluir, para conquistar direitos, justiça e paz.

Ainda?

Sim, ainda!







Parada

por Gisele Mazzarollo

*Na parada. Parada. Mochila pesada.
Levando conhecimento?
Em busca do conhecimento?
Olhos atentos. Fome. Chuva. Frio. Calor.
Tempo. Que tempos? Ser jovem. Ser jovem?
Movimento. Aperto. Cansaço.
Direito à educação. Que chão?
Que buscas? Que lutas?
Parada. Movimento. Parada. Movimento.
Sonho. Intenção. Revolução.
Está na mão. Está nas mãos.*



Eu Grito

Escrito. Vivido. Refletido por Isadora Alves Roncarelli

*Escutar o grito daqueles e daquelas que
denunciam as necessidades humanas.*

*Que anunciam as (novas?) organizações
possíveis.*

*Como preocupar-se com a escolarização se há muito - antes - a ser
resolvido?*

*Que espaços habitamos na cidade-mundo em que vivemos? Quem tem
direito a habitá-la?*

*Onde ficam os corpos que, nas encolhas, ainda precisam se esconder,
mesmo que gritem e clamem e esperneiem por RESPEITO?*

*E o que posso EU na formação de novos sujeitos sociopolíticos? A
educação (e a escola) pode isso tudo?*

*Posso gritar. Posso trabalhar. Posso questionar.
Ainda assim, enquanto (sobre) vivo, sirvo ao capital.*

Sofro. Grito. Resisto.

Sou esperança(R) em LIBERDADE.





Intertexto com "Canção do Exílio" de Gonçalves Dias

por Julia Pedroni

Minha terra é diferente
Não se encontra outra igual
Lá a educação é persistente
Todos têm direitos, não importa qual
Lutamos todos os dias
Por uma socialização mais igual e menos injusta
Mas a vida é um balde de água fria
E nosso sucateamento nos assusta
Só existe um argumento
Que me desanima neste chão
Não existe verba para investimento
Na área da educação
Mas se ela não chegar
Cidadãos ingênuos teremos
E na educação como direito de igualdade
Juntos fracassaremos

Eu agora longe
Só me resta descrever
Que este lugar abandonado ao monte
Tira a possibilidade de ser
Agora basta continuar a luta
Para uma educação e acesso de qualidade
Porque aqui nesta terra chamada escola
Queremos igualdade
Não permita Deus que eu morra,
Sem quem eu volte a pisar neste chão
Sem que eu desfrute os primores
De uma escola crítica com reflexão
Sem que eu possa ver uma comunidade
Mais igual e menos injusta na sua socialização



Debater o direito à educação e os direitos humanos é uma forma de exercer a cidadania. Olhar para o mundo para além daquilo que enxergamos à nossa frente. Será a partir da educação que a sociedade poderá livrar-se das amarras do sistema, tornando-se livre das opressões de raça, classe e gênero.

"O papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente." (Mészáros, 2008, p. 65).

por Kauana Melo

Referência

MÉSZAROS, István. A educação para além do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.





Paulo Freire e a formação dos sujeitos sociopolíticos

por Lilian Carla Molon

Nesse primeiro momento trago excertos do texto de Gohn (2009), que destaco como mobilizadores para a minha constituição enquanto pesquisadora da área da educação e que quer-se reflexiva.

Sujeito(s) substantivo masculino

1. "[...] confere protagonismo e ativismo aos indivíduos e grupos sociais, transforma-os de atores sociais, políticos e culturais, em agentes conscientes de seu tempo, de sua história, de sua identidade, de seu papel como ser humano, político, social".
2. "[...] é reconhecido-objetivamente, e reconhece-se subjetivamente, como membro de uma classe, de uma etnia, parte de um gênero, uma nacionalidade, e muitas vezes de uma religião, culto ou crença".
3. "[...] se constituem no processo de interação com outros sujeitos, em instituições, privadas e públicas, estatais ou não".

Conscientização substantivo feminino

1. "[...] processo construído por momentos aonde se caminha do nível espontâneo e ingênuo que ocorre quando se aproxima da realidade, para uma tomada de consciência".
2. "[...] desenvolvimento crítico da tomada de consciência; é a consciência que se aprofunda via a imersão reflexiva da realidade".
3. "[...] ocorre por etapas, em processos de interação do indivíduo em coletivos organizados; ela é um ato político".

4. "trata-se de um processo de interação entre o que o indivíduo sabe (ou o que um grupo sabe) - por herança cultural ou experiência vivenciada - e o que eles receberam como estímulo - na interação gerada no próprio processo educativo".

5. " [...] está evidentemente ligada a utopia, implica em utopia". (Freire, 1980, p.28 apud Gohn, 2009, p. 32)

Diálogo substantivo masculino

1. " [...] relação horizontal e não vertical entre as pessoas implicadas".

2. "a Pedagogia do Diálogo redefiniu a relação professor / aluno; educador / educando".

Professor / aluno substantivo masculino

1. "professor - visto como alguém ao lado do aluno, um ser que também busca e também aprende;"

2. "aluno - passa a ser sujeito das ações educativas e não mais objeto, ele ganha dignidade no processo educativo".

Ed. popular substantivo feminino

1. " [...] vista como parte integrante do processo organizativo das classes e camadas populares, desenvolvida pela Igreja, clero, facções políticas novas [...]".

2. Segundo Torres (apud Gohn, 2009, p. 24): " [...] é uma força contra hegemônica, uma ação cultural e libertadora [...]"

3. "[...] processo permanente de teorização sobre a prática, ligado indissoluvelmente ao processo organizativo das classes". (Jara, 1994, p. 95 apud Gohn, 2009, p. 29).

Educação substantivo feminino

1. " [...] libertadora e conscientizadora, voltada para a geração de um processo de mudança na consciência dos indivíduos, orientada para a transformação de si próprios e do meio social onde vivem".
2. " [...] ato político, ato de conhecimento e ato criador".
3. " [...] visa a libertação, a transformação radical da realidade para melhorá-la, para torná-la mais humana, para permitir que os homens e as mulheres sejam reconhecidos como sujeitos da sua história e não objetos". (Gadotti, 1999, p.9 apud Gohn, 2009, p.22).

Método substantivo masculino

"[...]consiste em três momentos básicos:

1. investigação temática e da sociedade onde se vive [...];
2. tematização [...];
3. problematização[...]."

Escola substantivo feminino

1. "[...] deve preparar seus alunos (as) para serem cidadãos de uma sociedade planetária".
2. "[...] tem que ser global, no sentido de ser internacional e de ter um caráter intercultural, em seu ponto de chegada, no resultado de seu processo de formação".

Um PAULO que é FREIRE

*Que sujeito é esse?
Um PAULO que é FREIRE?
Um protagonista e ativista
Membro de uma classe de uma etnia.*

*Tem utopias nos coletivos organizados
Dialoga com as camadas populares
A partir de uma educação libertadora e conscientizadora.*

*Que sujeito é esse?
Um PAULO que é FREIRE?
Horizontal e não vertical
Cidadão que é contra hegemonico
Ser humano, político, social.*

*Educador resistente
Que se desenha no ato criador
Fruto da própria teorização
Da investigação curiosa sobre a realidade.*

Que sujeito é esse?
Um PAULO que é FREIRE?
Com ideais progressistas
Da necessidade da luta contínua
Por uma educação libertadora e conscientizadora.

Da abertura ao diálogo
A partir da realidade dada
E que precisa ser transformada
Enquanto conscientização, ora de anunciadores ora de
denunciadores.

Que sujeito é esse?
Um PAULO que é FREIRE?
Que traça seu caminhar na investigação temática
Na Tematização e problematização.

Do ensino que é também pesquisa
Da reflexividade enquanto capacidade
De uma educação popular
Que faz-se resistência subversiva.

Um PAULO que é FREIRE!

Referência

GOHN, Maria da Glória. Paulo Freire e a formação de sujeitos sociopolíticos. 2009.



Opressão-exploração sob o prefixo trans

por Maria de Fátima Fagherazzi Pizzoli

As cidades transbordam
corpos invisíveis que
transitam por ruas
cujas esquinas noturnas
transpiram a exclusão e o preconceito
que transcendendo gerações
transviaram a história
transmutaram o mundo-aldeia em colônia dominada
apagando os mundos de lá
transfixando em corpos dissidentes
marcas de normas,
racismos,
cis-hetero-patriarcados
que intransigentes
tatuam violência e morte
naqueles que em suas labutas diárias,
individuais ou de classes,
lutam para transpor barreiras e descolonizar
olhares,
poderes,
saberes,
existências,
e quiçá [ou queer-çá]
no exercício intransferível de desalienação do olhar
façam transcorrer
a mudança
de fato
transformando
opressão em democracia
dominação em cidadania
dissidências em existências.

Inspirado na leitura de

MARINHO, Silvana. Relações de opressão-
exploração da modernidade colonial: notas
sobre cidadania trans e emancipação. *Em Pauta*,
Rio de Janeiro, 1º semestre de 2021. n. 47,
v.19, p.248-264.



(mais) algumas notas.

por Joanne Cristina Pedro

Apresento, com alegria, mais algumas notas, que fecham, por ora, esta proposta de caderno, mas que, de forma alguma, o encerram.

Escrevi este texto, como subsídio para uma fala no VIII Colóquio Nacional de Educação Discente, ou como costumamos chamá-lo na UCS, o CEDU, que, em 2023 ocorreu concomitantemente ao I CINED (Congresso Internacional de Educação). O tema "História e Processos Educativos: a Pesquisa por uma cidadania global" permeou o evento, de modo que, no último dia, compus a mesa intitulada "Desafios da Educação: percurso de pesquisa e cidadania na perspectiva de egressos do PPGEduc/UCS".

Pois bem... algumas contextualizações, então: ao concluir a minha pesquisa de doutorado, em maio de 2022, encerrei um ciclo de seis anos como pós-graduanda da UCS, entre mestrado e doutorado. As oportunidades que acessei durante esse percurso, desde a ampliação do meu repertório de vida e de pesquisa, são algo que "ninguém mais me tira".



O acolhimento afetuoso e respeitoso que recebi da minha querida orientadora, a professora Nilda Stecanela, quando chego à UCS em 2016, somado à parceria potente que encontrei na Andréa, minha camarada de militância/pesquisa, culminou numa parte muito especial dessa história que foi a possibilidade que tive de facilitar a aproximação entre ambas e que resultou em uma bonita parceria no processo de pós-doutorado da Andréa. Duas mulheres que admiro e por quem nutro um profundo carinho.

Tais amizades solidamente construídas, dentre outras que tive a felicidade de viver durante os meus anos de UCS, certamente seguirão comigo e, somadas a minha incessante vontade de aprender e contribuir, possivelmente continuarão me proporcionando alguns momentos de participação como estes, do evento e da presente escrita, como formas de alimentar esse afeto que se transmuta e se fortalece, juntamente com a distância física (e também de amenizar as saudades!).
Vamos, então, ao texto:

Esta fala sobre desafios da educação, pesquisa e cidadania, parte da demarcação de duas questões chave.

A primeira delas é que nós, como pesquisadoras e pesquisadores da Educação, comprometidas (os) com a transformação social, não podemos perder jamais de vista que há uma relação muito estreita entre o projeto de sociedade que se disputa no dado tempo histórico, o projeto de desenvolvimento e o projeto de Educação.

A segunda é que ao nos propormos uma discussão sobre "cidadania", é importante compreender as origens históricas desse conceito que também é tema de uma das cátedras da UNESCO, cujo fundamento

principal, a meu ver, é a promoção da justiça social. Em um mundo tão dilacerado e, ao mesmo tempo, tão potente, nos debruçarmos sobre esta questão que também é um desafio, demanda comprometimento, seriedade e mobilização.

A promoção da justiça social, da forma como eu compreendo, demanda ainda, um mergulho profundo na análise e na leitura do mundo em que vivemos: quais as raízes históricas das desigualdades? Como é possível nos organizarmos coletivamente para superar essas desigualdades estruturais? A cidadania precisa ser compreendida, para além de um processo participativo ou de pertença, e sim, a meu ver, como uma possibilidade de superação das "velhas formas de viver" ... demarcadas por um "modo operante" da sociedade, que se constituiu e consolidou a partir da exploração e opressão de povos e por formas não humanizadas de existência. Clama por historicidade como enfrentamento à ilusão de tempo cíclico que nos é apresentada, como artefato da lógica neoliberal.

A construção cotidiana desta cidadania, pode se dar por diferentes vias, por entre diferentes alinhavos. Na minha tese de doutorado eu proponho, embora não trabalhe especificamente o conceito de cidadania, que os processos de resistência e emancipação / libertação humana podem ser tecidos nas interfaces da relação trabalho- educação, desde os espaços menores, cotidianos, pensando na realidade de um bairro na periferia de Caxias de Sul. Porém, essa construção não se desvincula de uma leitura e de uma estratégia que considera a totalidade do capitalismo mundializado da atualidade. Nesse cenário, o debate acerca das relações de produção precisa ser considerado, juntamente com a dimensão cultural e a da produção de significados discursivos.

Abordando a primeira questão que sugiro, sobre a disputa do projeto de sociedade e de desenvolvimento reverberarem no projeto de Educação hegemonicamente desenvolvido, se faz importante evidenciarmos que, na atualidade histórica, o projeto de sociedade hegemônico é o projeto da Modernidade. E o que marca esse projeto da Modernidade? A saudosa professora Conceição Paludo, contribuiu muito para esse debate, ao afirmar que o projeto da Modernidade é demarcado por uma série de insuficiências não humanizadoras, muito bem representadas pelo modo de produção capitalista.

Dussel sinaliza que este mesmo projeto foi guiado por meio da razão científica, com base na experiência eurocêntrica. No domínio de outros povos, esse projeto foi se estabelecendo em detrimento de todas as formas de saber de projetos civilizatórios e de memórias que foram julgadas como atrasadas, místicas, logo, inferiores. Portanto, deveriam ser esquecidas, apagadas, precisavam ser substituídas pelo moderno, que representa a novidade, a renovação.

Para fortalecer este diálogo acerca das tantas insuficiências, trago alguns breves dados da OXFAM Brasil (2023): O 1% mais rico do mundo ficou com quase 2/3 de toda riqueza gerada desde 2020 – cerca de US\$ 42 trilhões –, seis vezes mais dinheiro que 90% da população global (7 bilhões de pessoas) conseguiu no mesmo período. E na última década, esse mesmo 1% ficou com cerca de metade de toda riqueza criada.

No Brasil, os 3.390 indivíduos mais ricos do país (0,0016%) detêm 16% de toda a riqueza, mais do que 182 milhões de brasileiros (85% da população).

Alguna coisa nesta conta não fecha. Ou fecha, para os benefícios de um percentual mínimo da população. Ou seja, não precisamos pensar muito para concluirmos, como um dado do presente, que vivemos em um mundo em que não há justiça social e que é urgente fortalecer os parcos avanços e acúmulos em relação à transformação desta realidade.

A FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura- e seus parceiros da ONU (FIDA, WFP, OMS e UNICEF), lançaram agora em julho, o relatório "O Estado de Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo". Alguns dados que se sobressaem em uma primeira leitura:

Prevê-se que quase 600 milhões de pessoas sofrerão de subnutrição crônica em 2030, apontando para o imenso desafio de alcançar as metas dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), da agenda de 2030 da ONU, desde a erradicação da pobreza e da fome a outros como a educação de qualidade e a construção de cidades e comunidades sustentáveis. Isto representa cerca de 119 milhões a mais do que em um cenário em que nem a pandemia nem a guerra na Ucrânia tivessem ocorrido, e, cerca de 23 milhões a mais do que se a guerra na Ucrânia não tivesse acontecido. Espera-se que a maior parte dos progressos ocorra na Ásia, enquanto nenhum progresso está previsto na América Latina e no Caribe, e prevê-se, ainda, que a fome aumente significativamente na África até 2030.

O que mais demarca o projeto da Modernidade, período histórico em que o termo "cidadania" encontra a sua máxima expressão teórica e prática? A noção política de um Estado democrático no qual nos questionamos: democracia para quem? Outra marca é cultura e a

ideologia apoiadas na supremacia da razão, no culto ao cientificismo e ao individualismo. Sabemos que a luta por uma democracia substantiva, radicalizada, precisa avançar e compreendemos que a educação tem um papel fundamental neste contexto. Salientamos também a relevância de adotarmos como ponto de partida para as reflexões, os marcadores estruturais das diferenças na sociedade – gênero, raça e classe.

Ao desenvolver minhas pesquisas de mestrado e doutorado, tendo a noção de território como fio condutor, me amparei na referência do geógrafo crítico Milton Santos, que também contribuiu para a discussão de cidadania. O autor, dentre outras questões, explora as desigualdades presentes nas cidades e como essas desigualdades afetam a cidadania. Ele critica a segregação espacial resultante do urbanismo desigual, onde certos grupos têm acesso limitado a infraestrutura, educação, saúde e outros serviços essenciais. Isso leva à exclusão desses grupos da plena cidadania e restringe suas oportunidades de participação na vida urbana.

Aborda também como a globalização e a lógica do capitalismo muitas vezes levam à homogeneização dos espaços urbanos. Ele argumenta que essa homogeneização tende a marginalizar aspectos culturais e locais, enfraquecendo a sensação de pertencimento e afetando a cidadania das comunidades. Por fim, ele aponta também que uma cidadania plena só pode ser alcançada por meio de uma reconfiguração do espaço urbano. Isso envolve a criação de espaços que incentivem a interação social, a diversidade cultural e a participação cidadã. Ele acredita que a democratização do espaço é um passo fundamental para reconstruir a cidadania e combater as desigualdades presentes nas cidades. Criar espaços também nos quais possamos vivenciar outras formas de produzir a vida.

Mesmo que brevemente, faz-se importante lançarmos um olhar para o conceito de "cidadania" (tema desta fala) que foi se construindo em diferentes momentos da história ocidental, a partir da filosofia política e da sociologia. Esta característica histórico-social do conceito faz com que seu significado carregue uma carga ideológica, dependendo do contexto, lugar e momento histórico em que possa ser utilizado.

Há três qualidades fundamentais que definem a cidadania na era moderna: os direitos (civis, políticos e sociais), a pertença (identidade) e a participação cidadã. Ainda assim, o conceito de cidadania não foi único na modernidade. Existem diferentes modelos que definem o conceito: o liberal, o comunitarista e o republicano.

Buendía (2020), traz algumas sínteses em sua tese, sobre esses modelos. O ponto de partida da teoria liberal da cidadania é que todos os seres humanos são iguais e livres por natureza. A principal qualidade do cidadão estaria centrada nos direitos civis, políticos e sociais. O comunitarismo enfatiza a participação cidadã e critica a noção de liberdade e justiça do modelo liberal, projetando o indivíduo em um espaço social ético que constitui sua identidade, social, política e individual, diferente do conceito individualista do liberalismo clássico.

O republicanismo poderia ser definido como uma "terceira via" entre o liberalismo e o comunitarismo. Surgiu como alternativa ao declínio dos modelos socialistas no final do século XX e à hegemonia do neoliberalismo.

O conceito de cidadania na modernidade é objeto de críticas desde a filosofia marxista por considerar que há contradições ontológicas.

O professor Ivo Tonet (2005) afirma que o ideal de liberdade, justiça, equidade e felicidade que assumiram os movimentos revolucionários que originaram as repúblicas democráticas não condiz com essas abordagens ético-filosóficas, pois o cidadão está preso aos marcos legais que o determinam, o que restringe sua liberdade ao ser submetido a relações de trabalho desiguais e injustas.

Tonet (2005) ainda aponta que os processos educativos de apropriação de conhecimentos, habilidades, comportamentos, valores etc. não poderiam deixar de ser atravessados pelos antagonismos sociais, visto que vivemos em uma sociedade de classes.

todo este conjunto de elementos que constituem o patrimônio da humanidade não é um todo homogêneo e acabado e muito menos neutro. Ele é um vasto e complexo campo, sempre em processo, do qual, a cada momento e a partir de determinados fundamentos, valores e objetivos, são selecionados, via políticas educacionais, currículos, programas, métodos e outras atividades julgados mais importantes. É aqui onde se faz sentir o peso das questões político-ideológicas. Em uma sociedade de classes, o interesse das classes dominantes será sempre o pólo determinante da estruturação da educação (Tonet, 2005, p. 478).

Desta forma, o conceito "formar cidadãos", que pode ser lido como formar pessoas conscientes dos direitos e deveres inerentes a uma sociedade democrática, dentro da lógica da sociabilidade capitalista, acabou sendo desprovido de sua capacidade crítica, prejudicando o questionamento da realidade e o contraste com os ideais de liberdade e justiça, motores ideológicos das revoluções contra as monarquias europeias do século XVIII e início do XIX.

Para Tonet (2005, p.482), portanto, é preciso estarmos atentos às interpretações de que necessariamente lutar pela cidadania equivale a lutar por um mundo cada vez mais livre, justo e humano. O professor acrescenta à reflexão a relevância da emancipação humana, para além da política, como a finalidade maior da atividade educativa, da perspectiva do trabalho: "é apenas no bojo da luta pela emancipação humana que as lutas pelos direitos e instituições democrático-cidadãs podem ganhar, como mediação, o seu melhor sentido".

Dessa forma, ao compreendermos a cidadania global como um horizonte, precisamos imprimir o esforço do pensamento crítico que se constrói na práxis e na educação que questiona e transforma. É possível uma cidadania global que supere o imperialismo?

Como pesquisadora egressa do programa, penso que vale a pena também, um breve comentário sobre alguns achados da minha pesquisa, como sugere o tema da mesa, ou seja, como tradução de uma parte dos meus percursos em pesquisa e cidadania (inclusive para questionar e ampliar a reflexão sobre a mesma). Na minha tese eu enfatizo a relevância do trabalho associado - representado pela experiência da Saboaria Popular Las Margaritas (1). O trabalho associado é tomado aqui, em sua dimensão ontológica, como eixo condutor do processo. O chão do território periférico, em suas ausências e potências é tomado como o lugar da experiência concreta. Fica o convite para conhecer um pouco mais sobre essa escrita (2).

Venho tentando me constituir como uma pesquisadora que olha atentamente para essas questões que envolvem o pensamento crítico e uma práxis que transcenda o limite das instituições.

Mas que sobretudo, busque não discutir apenas conceitos, e sim, propor experiências reais, ações tangíveis, aprofundadas e fundamentadas em aparatos históricos. Posicionadas e que demandam (ou sugerem) o posicionamento de quem as contata. Não há espaço para uma pretensa (e inexistente) neutralidade, por parte daqueles que se comprometem com vidas humanas.

A minha experiência do mestrado com os territórios educativos e do doutorado com os territórios de empoderamento popular, já circularam pelo Programa em falas junto à graduação, pós-graduação, formação de professores e para além do Programa também, junto a coletivos, organizações políticas dentro da institucionalidade e movimentos populares. Essas experiências seguem reverberando e se aprimorando, visto que, como nós, seres humanos, são inacabadas. Na pós-graduação, encontrei na pesquisa ação e na pesquisa participante formas de construir coletivamente o conhecimento e na Sistematização de Experiências (3), formas diversas de comunicar a experiência.

Atualmente, estou em Portugal, como futura pós doutoranda, no processo de construir um projeto, em um novo lugar, na condição de uma imigrante advinda de um local forjado na lógica do capitalismo dependente, tendo como referência o Rui Mauro Marini. Por aqui, tenho me colocado a questionar os mecanismos da psicologia de massas do fascismo, as estruturas negadoras da vida que a forjam, assim como o avanço do neoconservadorismo como fenômeno mundial. Continuo buscando coletivos para dialogar. Tudo ainda está muito embrionário, mas a intenção é seguir com as referências que tenho utilizado até aqui, e também espero conhecer muitas outras.

O poeta curitibano, Paulo Leminski, é autor da seguinte composição: "na luta de classes, todas as armas são boas: pedras, noites e poemas". Encerro por aqui, desejando que as notas tomadas neste caderno, por cada um que venha a recebê-lo, transforme essas páginas em um tipo de "arma boa", cujas reflexões venham a fortalecer ações sintonizadas com a justiça social, emancipação e libertação humanas.

(1) A Saboaria Popular Las Margaritas, iniciada em maio de 2020, vem se constituindo como um coletivo de mulheres, que constroem cotidianamente um espaço produtivo, político educativo e de resistência inspirado em experiências alternativas de economia para as mulheres, baseadas na solidariedade, na cooperação, na autonomia e na autogestão de trabalhadoras livremente associadas e no resgate do conhecimento e do poder popular.

(2) A tese está disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13217538

(3) Sistematizar a experiência, para Jara (2018), corresponde ao registro e documentação, análise e reflexão de processos de mudança social e práticas emancipadoras. É ainda, a Sistematização, como instrumento do saber cientificamente construído, que pode contribuir para a atualização das teorias políticas existentes, dando aporte a elementos provenientes da interpretação crítica de relações de poder que se estabelecem na vida cotidiana, não estando restritas ao campo das relações políticas formais (partidos políticos, instituições governamentais, etc).

Referências

BUENDÍA, R. P. Libros del Rincón: a gênese das políticas de leitura para a educação no México. Os conceitos de leitura e cidadania em questão. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2020.

JARA, Oscar. La sistematización de experiencias: práctica y teoría para otros mundos políticos – 1ed. Bogotá: Centro Internacional de Educación y Desarrollo Humano - CINDE, 2018.

TONET, I. Educação, cidadania e emancipação humana. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2005.



Autoras

*Andréa Wahlbrink Padilha da Silva - Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bolsista PPDE/CAPEES.
E-mail: andreawahlbrink@hotmail.com*

*Cristina Benedetti - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (PPGEDU/UCS), docente do CETEC Fundamental da Universidade de Caxias do Sul.
E-mail: cbenedetti1@ucs.br*

*Gisele Mazzarollo - Graduada em Pedagogia pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), mestre em Teologia pela Escola Superior de Teologia (EST), doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Assessora pedagógica do Centro Universitário Uniftec.
E-mail: gisele.mazzarollo@gmail.com*

*Isadora Alves Roncarelli - Doutoranda e mestra em educação pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), licenciada em Pedagogia pela mesma instituição. Membro do Observatório de Educação da UCS na linha de pesquisa Docência, Currículo e Formação Docente. Professora da Rede Municipal de Ensino de Caxias do Sul e do curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário Uniftec.
E-mail: isadoraroncarelli@hotmail.com*

*Joanne Cristina Pedro - Doutora e mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul. Possui especialização em Organização e Gestão de Políticas Sociais pela FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas) e graduação em Psicologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.
E-mail: joannecristina@yahoo.com.br*

Julia Pedroni - graduanda em Pedagogia da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e bolsista de Iniciação Científica PROBIC / FAPERGS ligada ao Observatório de Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU/UCS)

Email: jpedroni1@ucs.br

Kauana Melo - graduanda em Psicologia da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e bolsista de Iniciação Científica PIBIC / CNPq ligada ao Observatório de Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU/UCS).

E-mail: kmelo@ucs.br

Lilian Carla Molon - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (PPGEDU/UCS), Pedagoga - contemplada com fomento para afastamento pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS).

E-mail: lilian.molon@bento.ifrs.edu.br

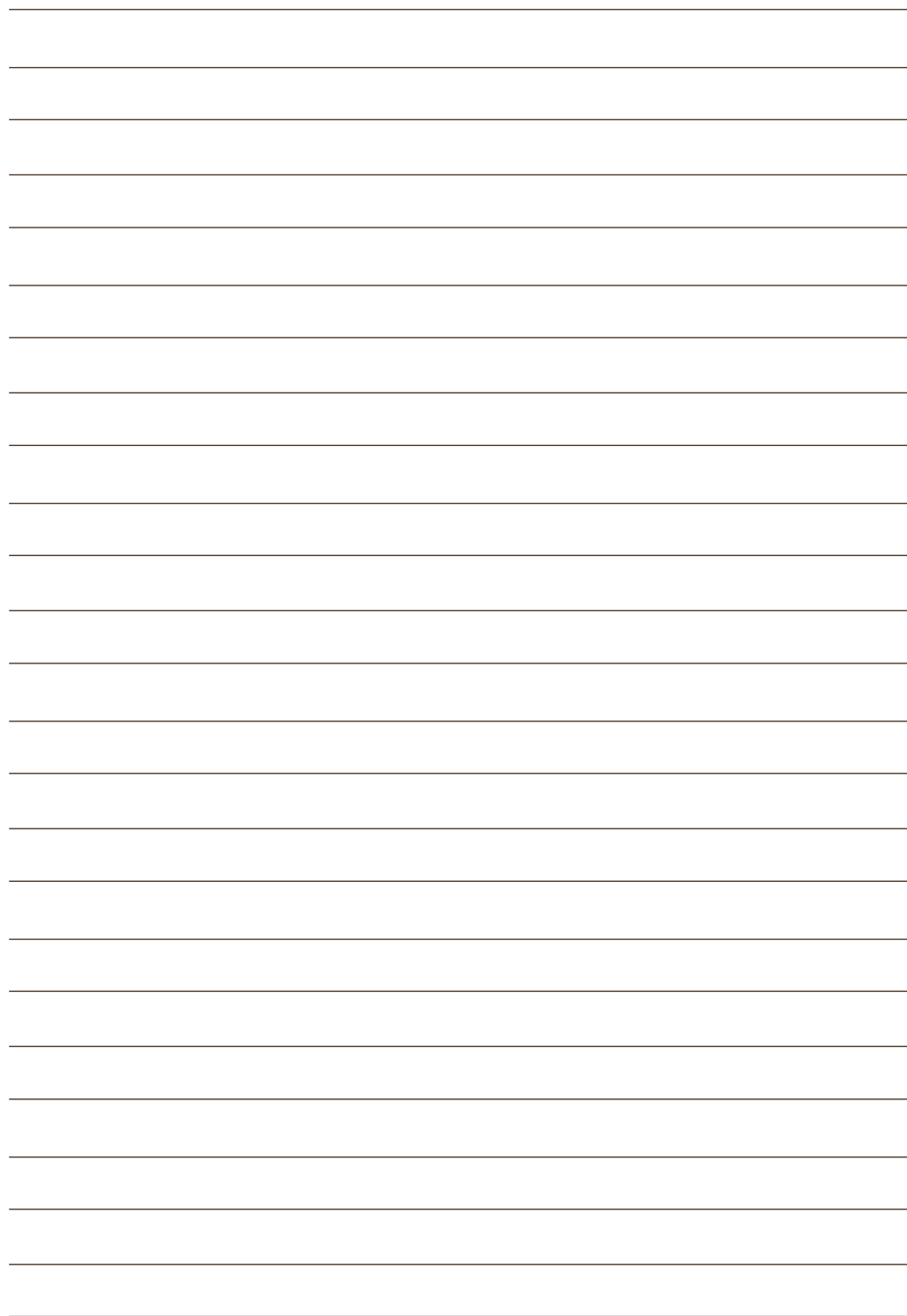
Maria de Fátima Fagherazzi Pizzoli - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (PPGEDU/UCS), docente contemplada com fomento para afastamento pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS).

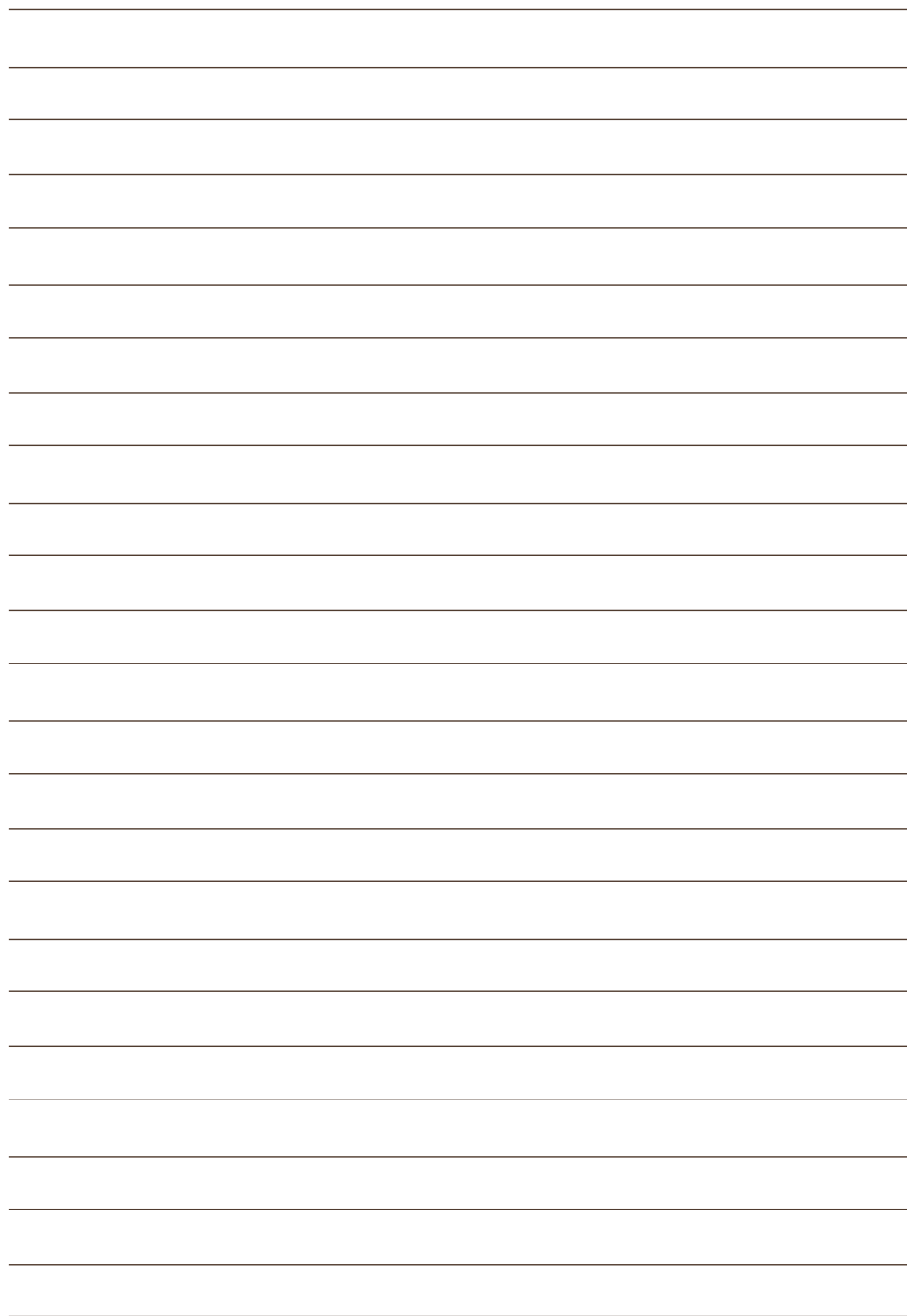
E-mail: maria.pizzoli@caxias.ifrs.edu.br

Nilda Stecanela - Doutora e mestre em educação pela UFRGS com pós-doutorado no Instituto de Educação da Universidade de Londres. Docente do corpo permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação e coordenadora do Observatório de Educação da Universidade de Caxias do Sul. Pesquisadora em produtividade do CNPq.

E-mail: nildastecanela@gmail.com





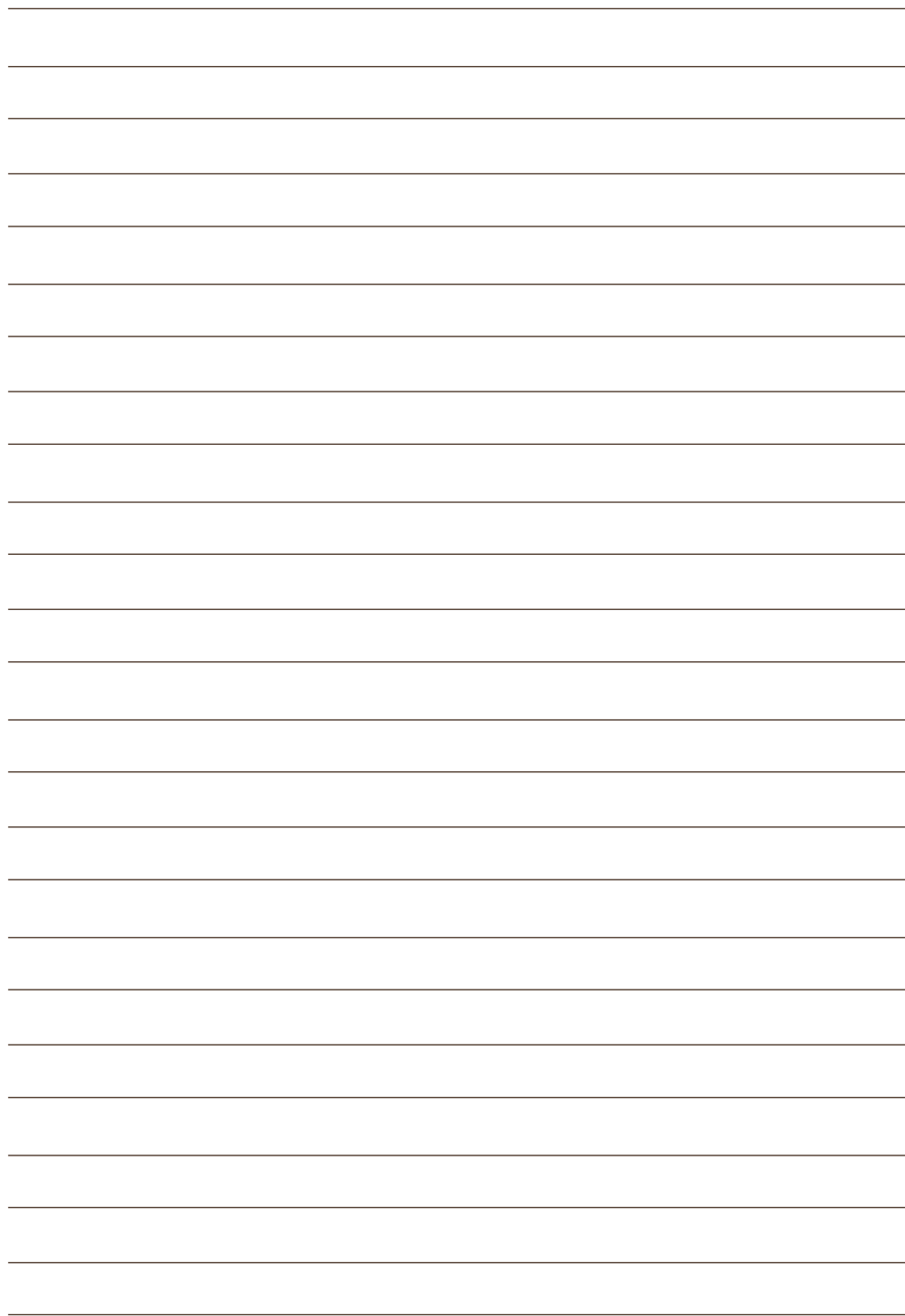




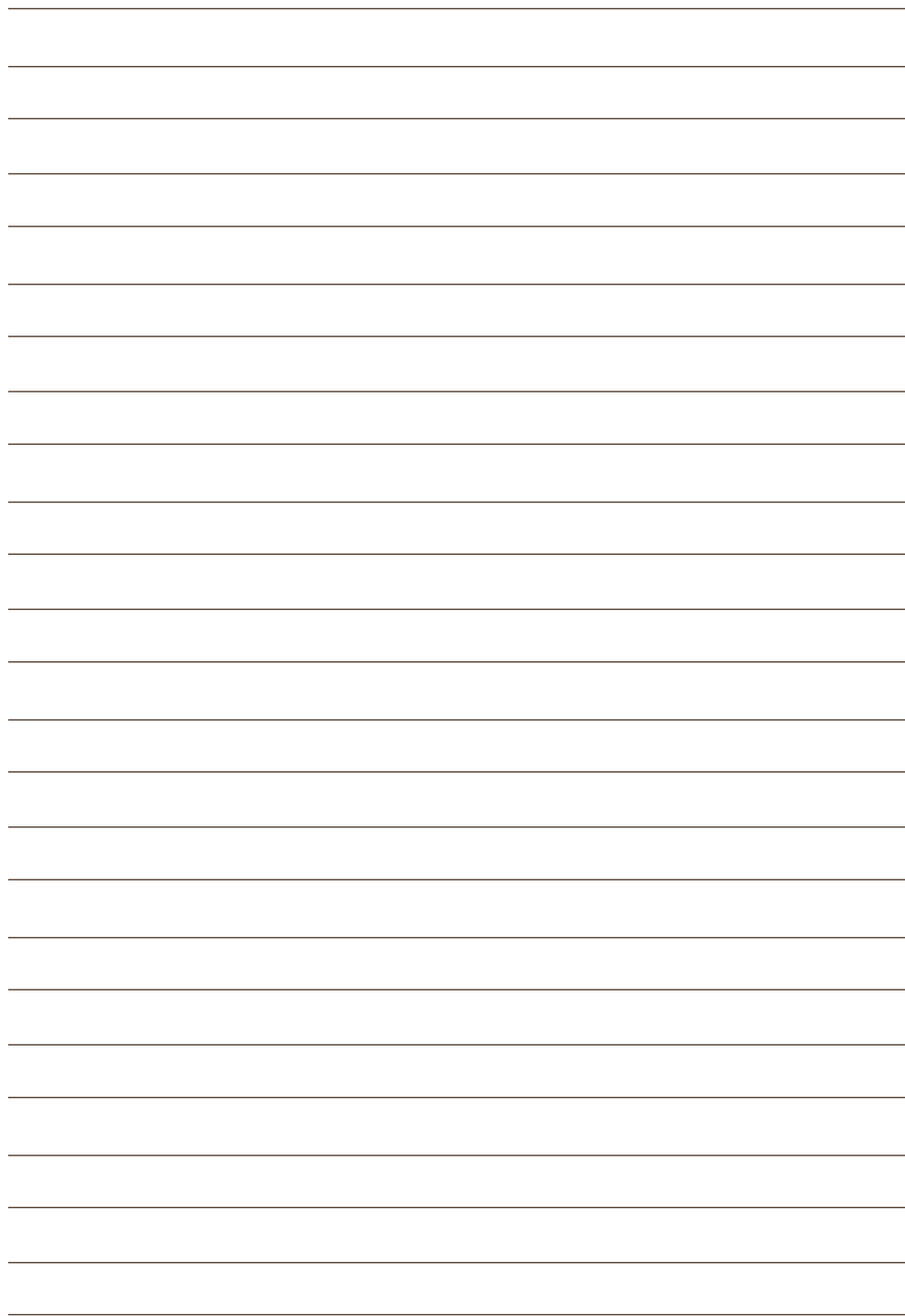


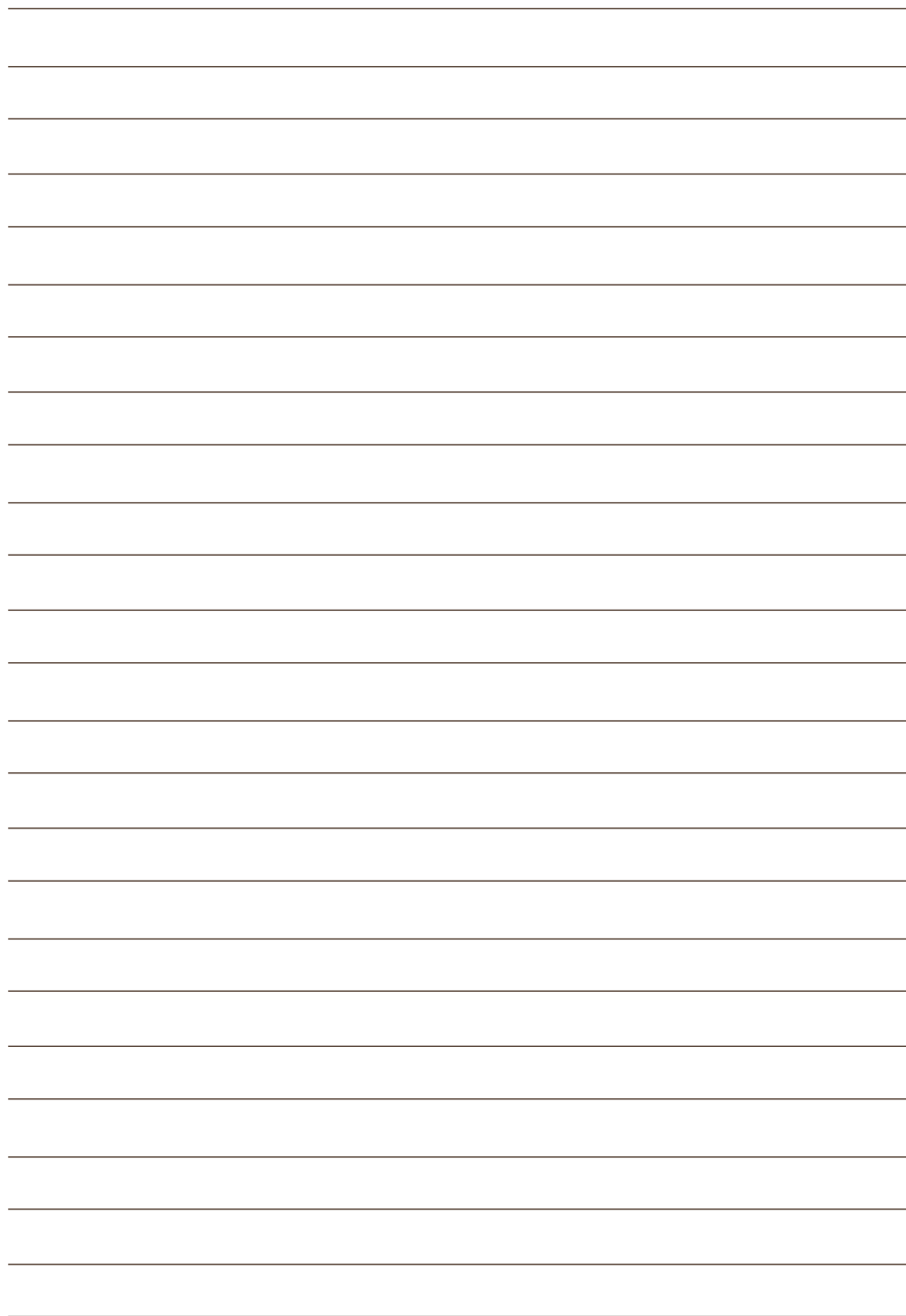








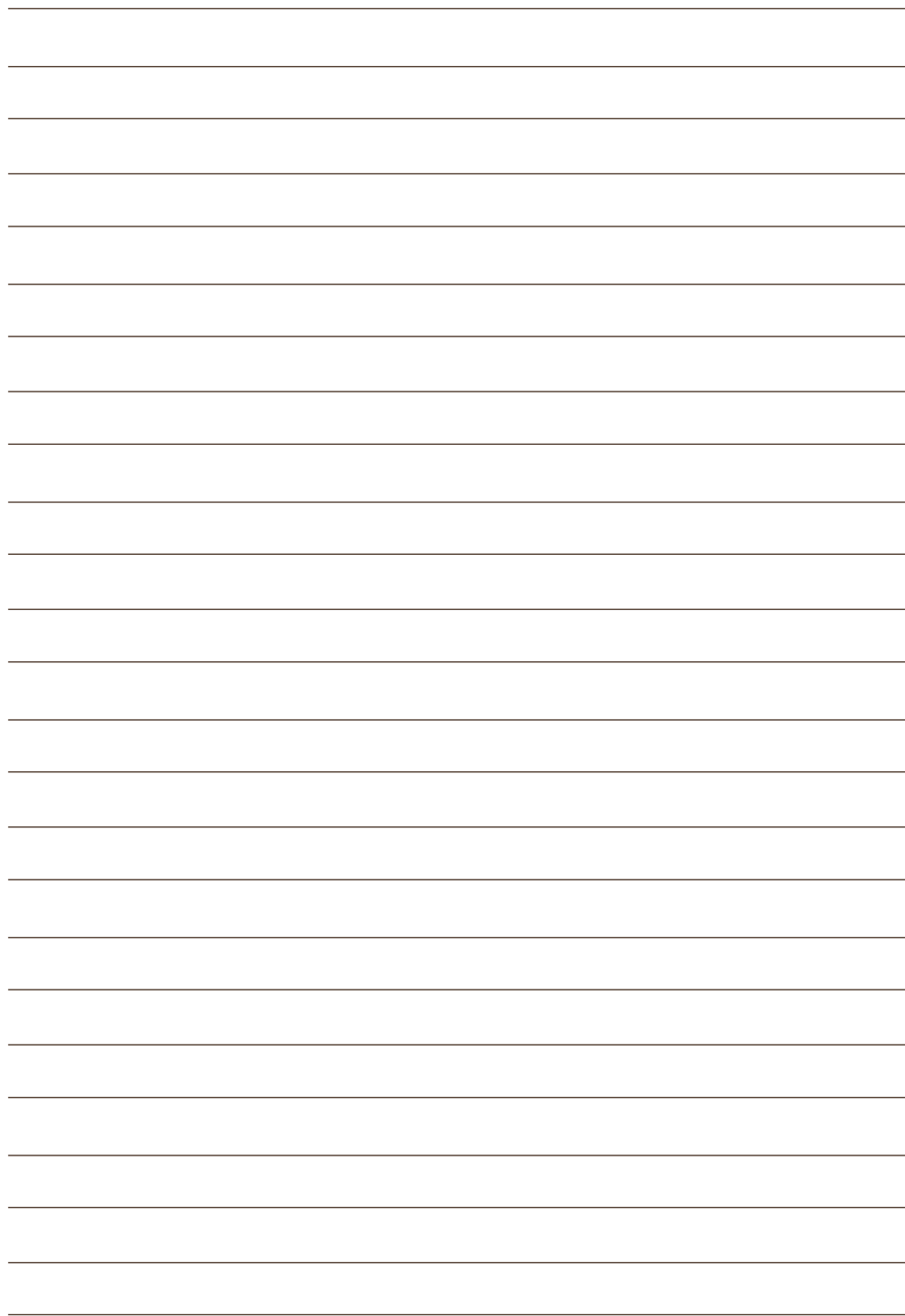


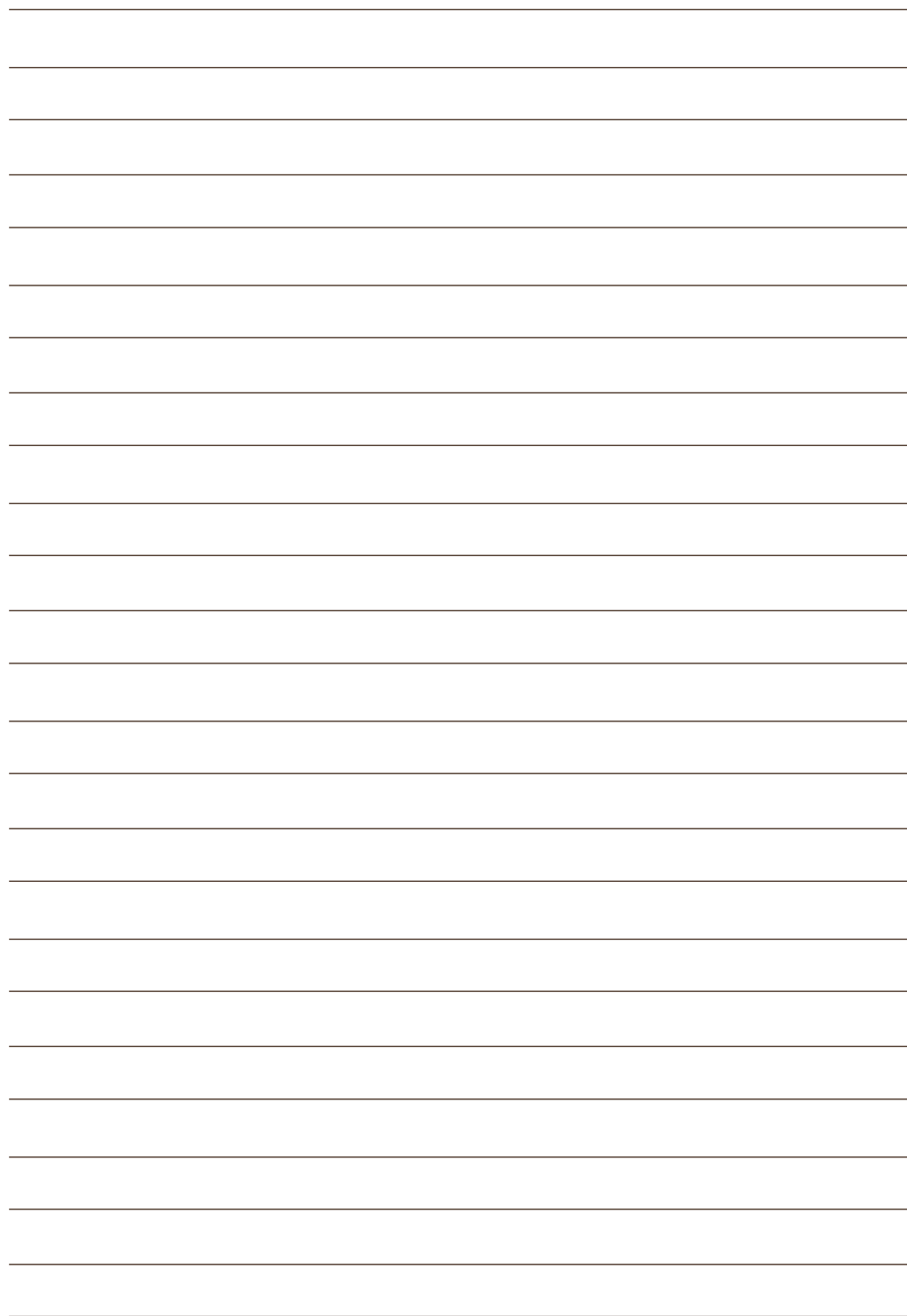














[illegible]